

**Confiança da indústria gaúcha começa o ano em alta**

---

**Demanda ainda é problema, mas a indústria gaúcha projeta crescimento**

---

**Após três anos de queda, produção industrial avança em 2017**

---

**Nada o que comemorar nas estatísticas fiscais de 2017**

---

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Confiança da indústria gaúcha começa o ano em alta

O Índice de Confiança do Empresário Industrial gaúcho (ICEI/RS), elaborado pela FIERGS, continuou em alta em janeiro de 2018, ao crescer para 61,0 pontos, o maior nível desde junho de 2010. Essa foi a sétima expansão consecutiva do indicador, a maior sequência positiva desde janeiro de 2010, subindo 8,3 pontos nesse período. Os índices variam de zero a 100: acima de 50 indicam avaliações positivas.

Entre os componentes que integram o ICEI/RS, a expansão refletiu exclusivamente a melhora das expectativas futuras, já que a avaliação referente à situação atual ficou um pouco menos favorável.

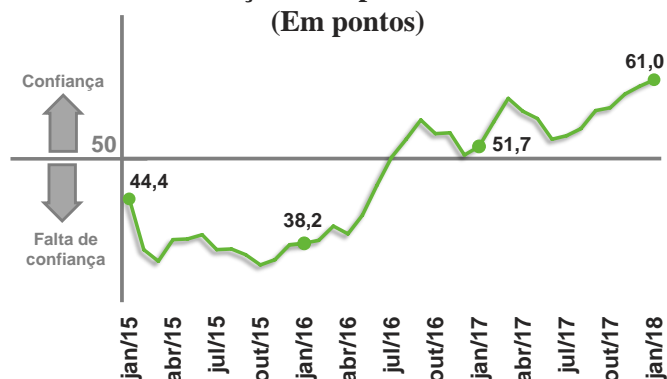
Com 55,6 pontos, o Índice de condições atuais (ICA) revelou que os empresários perceberam melhora nos últimos seis meses, mas o indicador, após cinco altas seguidas, se reduziu na comparação com dezembro (55,8 pontos). Nos dois subcomponentes do ICA, o Índice da economia brasileira recuou 0,5 ponto, atingindo 55,2 pontos, enquanto o Índice de condições das empresas subiu 0,3 ponto, para 56,1 pontos: o maior nível desde junho de 2010 (59,0 pontos).

Já o Índice de Expectativas (IE) para os próximos seis meses manteve a tendência e aumentou 1,4 ponto no primeiro mês do ano, atingindo 63,6 pontos. Trata-se do maior nível desde junho de 2010. Nos últimos sete meses, o avanço alcançou 8,8 pontos, mostrando que o otimismo é crescente entre os empresários gaúchos. O subcomponente relativo à economia brasileira passou de 58,7 para 59,5 pontos. Em janeiro de 2018, 46,0%

deles estavam otimistas e 8,3% seguiam pessimistas em relação à economia brasileira no curto prazo. O índice de expectativas das empresas cresceu de 64,0 para 65,9 pontos, ou seja, o maior patamar desde junho de 2010.

O resultado do ICEI/RS de janeiro, que combina a manutenção das condições atuais favoráveis e as expectativas em ascensão, reforça as projeções de continuidade da recuperação da atividade industrial nos próximos meses. A melhora gradual da economia, sobretudo a retomada da demanda interna, com a inflação e os juros em queda, e o cenário externo benigno são os pilares de sustentação desse otimismo. Ademais, existe a expectativa de que o governo conseguirá reverter a debilidade do quadro fiscal, mesmo com as maiores dificuldades com a Reforma da Previdência e as incertezas políticas.

### Índice de Confiança do Empresário Industrial do RS (Em pontos)



Fonte: FIERGS.

## Demanda ainda é problema, mas a indústria gaúcha projeta crescimento

A Sondagem Industrial do RS realizada pela FIERGS mostrou que, apesar das dificuldades, a situação do setor em dezembro e no 4º trimestre de 2017 foi a melhor dos últimos anos.

Os índices de dezembro reproduziram o comportamento típico do período, mostrando recuos ante novembro da produção (39,6 pontos), do emprego (47,3 pontos) e da utilização da capacidade instalada (63,0%). No entanto, apresentaram os maiores níveis em seis, sete e quatro anos, respectivamente.

Já os estoques ficaram abaixo do patamar planejado pela empresas em dezembro. O índice caiu para o menor nível desde janeiro de 2010: 48,5 pontos. Os 50 pontos nesse caso revelam estoques no nível planejado. Vale lembrar que baixos níveis de estoques sugerem que a demanda surpreendeu e colocam um viés de alta para a produção industrial nos próximos meses.

A Sondagem do quarto trimestre de 2017 mostrou que o cenário mais favorável se refletiu na avaliação das indústrias sobre as condições financeiras. Os índices ainda estão no terreno negativo (abaixo de 50), apontando insatisfação com a margem de lucro (42,4 pontos) e com a situação financeira (47,0 pontos) e dificuldades de acesso ao crédito (39,4 pontos), mas foram os mais altos desde o início de 2014.

A Sondagem Industrial questionou os empresários gaúchos quanto às dificuldades enfrentadas no quarto trimestre de 2017. As duas principais foram a demanda interna insuficiente e a elevada carga tributária, que receberam, 41,6% e 40,6% das respostas, respectivamente. A competição desleal (informalidade, contrabando, *dumping*, etc.), com 21,5% das respostas, a falta de capital de giro (19,2%), a inadimplência dos clientes (18,7%), e a falta ou alto custo da matéria prima (17,4%) também foram consideradas relevantes pelos empresários.

Diante do cenário mais favorável, o otimismo fica cada vez mais disseminado entre os empresários gaúchos. Em janeiro de 2018, todos os índices de expectativas para os próximos seis cresceram e ficaram acima dos 50 pontos, mostrando que o setor projeta aumentos da demanda (59,6 pontos), do emprego (55,5 pontos) e das exportações (54,5 pontos).

No mesmo sentido, a intenção de investimentos no setor continuou crescendo. Com o sexto aumento seguido, o índice de janeiro de 2018 é o maior desde maio de 2014: 56,7 pontos. O valor acima de 50 pontos mostra que a proporção de empresas que pretende investir (61,8%) superou a parcela que não pretende (38,2%).

## Após três anos de queda, produção industrial avança em 2017

Na semana passada, foram divulgados os resultados de dezembro da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. Os números confirmaram o cenário de recuperação da atividade Industrial em 2017 e reforçaram a expectativa de variação positiva do PIB no último trimestre do ano.

Na série livre de efeitos sazonais, a produção industrial cresceu 2,8% na comparação com novembro, completando o quarto resultado positivo consecutivo nesta base de comparação. O crescimento quase generalizado entre os segmentos pesquisados (avanço em 20 dos 24 ramos) fez com que o indicador tivesse a maior variação nesta base desde junho de 2013. Destaque para a Transformação, que cresceu 3,1%, puxada, principalmente, pelos ramos de Veículos (7,2%), Alimentos (3,3%) e Metalurgia (4,2%).

Na comparação com dezembro de 2016, a produção se elevou em 4,4% no último mês de 2017. O fator determinante foi a expansão de 25,0% na produção de Veículos, completando 14 meses seguidos de expansão nesta base de comparação. Analisando somente o quarto trimestre do ano, a produção avançou 4,9%, a maior alta desde o segundo trimestre de 2013 (5,1%) e manteve o comportamento positivo registrado nos três primeiros trimestres de 2017: janeiro-março (1,3%), abril-junho (0,4%) e julho-setembro (3,2%).

Dessa forma, a produção Industrial fechou 2017 com crescimento de 2,5%, sendo a primeira variação anual positiva desde 2013, e a maior desde 2010. As maiores variações foram observadas nos segmentos de

Tabaco (20,4%), Têxtil (5,6%), Equipamentos de informática (19,6%), Veículos (17,2%) e Máquinas e equipamentos (6,3%). As menores variações foram registradas nos ramos de Impressões e reproduções (-9,3%), Fármacos (-5,3%) e Outros equipamentos de transporte (-10,1%).

Os resultados positivos no fechamento do ano são um indício de recuperação do setor. Ressalta-se, contudo, que a produção industrial ainda está muito longe do pico alcançado em junho de 2013. Mantido o ritmo de crescimento atual (2,5% a.a.), a Indústria só retornaria ao patamar de 2013 em cerca de cinco anos.

### Produção Industrial

(base fixa com ajuste sazonal média de 2012=100)



Fonte: IBGE.

## Nada o que comemorar nas estatísticas fiscais de 2017

Segundo as estatísticas fiscais do Banco Central (BCB), o Setor Público Consolidado, que congrega as três esferas de governo mais o BCB, o INSS e as estatais, encerrou 2017 com um déficit primário de R\$ 110,6 bilhões (1,7% do PIB). Observa-se que este número é consideravelmente inferior à meta de R\$ 161 bilhões de déficit fixada para 2017. O Governo Central (Tesouro + INSS + BCB) puxou o resultado para baixo ao fechar 2017 com um déficit de R\$ 118,4 bilhões, enquanto que os governos Regionais (Est. + Mun.) e as estatais tiveram superávits de R\$ 7,4 e R\$ 0,4 bilhões, respectivamente. Todavia, desconsiderando o INSS, o Gov. Central foi superavitário em R\$ 64,0 bilhões.

Utilizando as estatísticas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), podemos analisar como se comportaram as receitas e despesas primárias do Governo Central no ano passado. A arrecadação total cresceu 1,6% em 2017 (em termos reais), muito influenciada pela expansão do COFINS (11,2%), do PIS/PASEP (12,0%), e do IPI (9,7%). Também exerceram grande influência as receitas não administradas pela Receita federal (22,1%), com destaque para as Concessões e permissões (38,3%). Devido à redução nas transferências constitucionais aos estados e municípios por causa, principalmente, da

menor arrecadação com o Imposto de Renda (-3,7%), a Receita Líquida apresentou expansão ainda maior (2,5%). A queda no IR foi influenciada pela base mais elevada de 2016 por conta do programa de repatriação de recursos.

Passando para o lado do gasto público, houve recuo de 0,9% na despesa primária total na comparação com 2016. Apesar do crescimento nas duas maiores rubricas do orçamento, Pessoal e encargos sociais (6,5%) e Benefícios previdenciários (6,1%), o corte expressivo de 14,0% nas despesas discricionárias fez com que a despesa total recuasse. Entre os gastos que sofreram redução estão o PAC (-32,2%) e os recursos enviados à Saúde (-6,5%) e à Educação (-7,7%). O crescimento das despesas obrigatórias continua reduzindo o espaço para as discricionárias, que não era tão baixa desde 2009.

Não há nada o que comemorar nas estatísticas fiscais de 2017. Embora tenha sido melhor do que o esperado, o rombo primário ainda é imenso e há muito trabalho em termos de flexibilização do gasto público. Se aproxima o momento em que não haverá mais gastos contingenciáveis, que já representam menos de 10% da despesa total.